

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Quando a diferença pode ser culturalizada, os temores económicos ganham contornos existenciais, com o Outro a significar até uma ameaça ao modo de vida autóctone. Idealizam-se então passados seguros, sociedades homogéneas e pacíficas que nunca existiram. Por isso, a xenofobia e o racismo sempre prosperaram em períodos de forte crise económica, oferecendo um rosto palpável a forças difusas de uma ordem mundial complexa. Como tal, são indissociáveis de discursos securitários, que acabam por relegitimar o Estado enquanto entidade robusta monopolizadora do direito ao uso da violência. Quanto maiores forem os perigos percebidos ou imaginados, maior a predisposição para se aceitar a violência: brutalidade policial, vigilância intrusiva, limitação às liberdades individuais, práticas que em situação normal apelidaríamos de inumanas (por exemplo, o encarceramento de crianças, como se verifica atualmente nos centros de detenção de imigrantes ilegais).

*Júlia Garraio*

## **Memória**

A memória social refere-se aos processos através dos quais o conhecimento e a consciência do passado são gerados e mantidos em sociedade. Acontecimentos importantes – revoluções, vitórias, crises – surgem como definidores da identidade coletiva e eventos essenciais para a aprendizagem. Como disciplina que procura expandir o conhecimento do passado, a História contribui para a memória social. Neste sentido, a memória pode ser intencionalmente (re)construída e representada ou não-intencional e implícita.

Hoje, apesar do avanço da globalização, o Estado ainda é um dos principais agentes da memória. A Reconquista, o terramoto de 1755, o 25 de Abril ou a atual crise económica são momentos cruciais na vida da sociedade portuguesa. Através dos seus rituais e manuais, o Estado português reproduz a versão oficial destes eventos, a fim de afirmar a continuidade e a unidade da comunidade política e moldar as relações sociais, as instituições, a arte e as atitudes políticas.

No entanto, a versão oficial da História nunca é a única, sendo próprios da política democrática os conflitos sobre o significado do passado: há, naturalmente, uma inevitável dimensão interpretativa na memória social. No entanto, para que as comunidades possam aprender com as vitórias passadas – e especialmente com os erros do passado –, os debates democráticos têm de filtrar as visões flagrantemente distorcidas do passado, que servem

interesses de poder no presente. O que os atores políticos omitem é tão importante como o que eles relembram aos cidadãos. Uma vez que a memória é maleável à interpretação e à manipulação política, a crítica social deve prestar especial atenção à forma como aquela é invocada nas atuais tomadas de decisão. Isto é especialmente importante em tempos de privação, em que é muito frágil a memória das crises passadas e de como foram ultrapassadas pela comunidade. Para que a aprendizagem social seja possível, a memória das crises não pode sucumbir a uma crise da memória.

*Mihaela Mihai*

## **Mercadorização**

O acesso a um número crescente de bens e de serviços é determinado pela capacidade dos indivíduos para pagar um preço. A mercadorização é o processo de expansão dos discursos e/ou das práticas mercantis a esferas da vida social cujo acesso estava dependente de outros critérios, como o reconhecimento de uma necessidade a ser diretamente satisfeita sem racionamento pela carteira. Sendo o mercado uma transação institucionalizada de mercadorias, de direitos de propriedade, cujo valor se cristaliza num preço – um sistema de regras –, as múltiplas formas como este sistema pode ser instituído fazem com que seja um processo politizado.

Juntamente com o ponto de partida dos participantes, que podem ser compelidos a transações mais ou menos desesperadas, a estruturação dos direitos e deveres que necessariamente enquadram uma transação mercantil, envolva esta a compra e venda da força de trabalho ou a aquisição de um vulgar bem de consumo, vão determinar quem se apropria do quê e porquê. Também por isso, o processo de mercadorização nunca é neutro nos seus efeitos socioeconómicos e morais e nas suas estratégias de justificação.

Um dos argumentos para colocar limites à expansão dos mercados prende-se precisamente com a ameaça que paira sobre certos valores, que as comunidades têm boas razões para proteger, quando algo passa a ter um preço e as motivações para a sua provisão passam a ser guiadas pelo ganho. Por sua vez, a representação de todas as interações humanas como se fossem transações mercantis serve de base ideológica ao mimetismo mercantil, presente em instrumentos de política pública, como a análise custo-benefício, ou na introdução de modelos de gestão empresarial guiados por incentivos pecuniários nas instituições do setor público. Esquece-se que, para que haja uma esfera